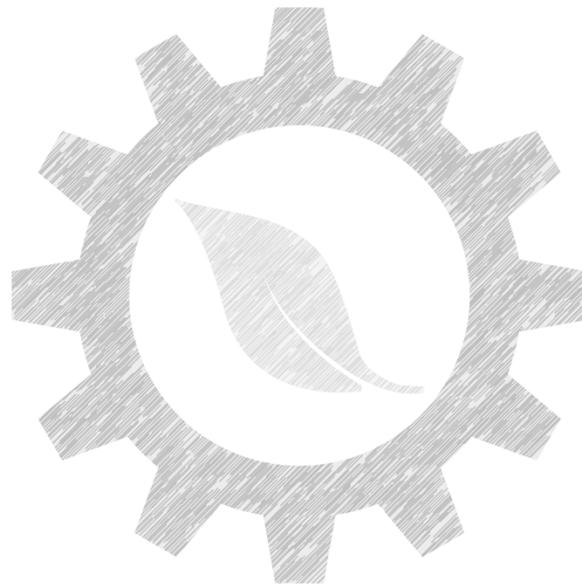




# SUSTENTABILIDADE E ESPÍRITO INTRA- EMPREENDEDOR - ESTUDO NACIONAL E IDENTIFICAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS EM PORTUGAL

## RELATÓRIO NACIONAL



**Projeto No. 2020-1-IS01-KA204-065831**

Este projecto foi financiado com o apoio da Comissão Europeia. Esta publicação reflete apenas a opinião do autor, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer uso que possa ser feito da informação nela contida.

## **PREFÁCIO**

A fase inicial da implementação do projeto SINTRA consiste em fazer um estudo dos contextos nacionais e setoriais para o desenvolvimento da sustentabilidade ambiental, social e económica, bem como das boas práticas existentes com potencial de sustentabilidade no respetivo país parceiro, relacionadas com os efeitos positivos que o espírito intra-empresendedor pode ter na sustentabilidade numa ou mais das suas dimensões. Este estudo, juntamente com os inquéritos e entrevistas de análise de lacunas, a realizar como próximo passo no âmbito do trabalho "Boas Práticas e Análise de Lacunas" (IO1), servirá o propósito de preencher uma lacuna no mapeamento sistemático das necessidades de formação relacionadas com o espírito intra-empresendedor centrado na sustentabilidade de empregados e empregadores nos países parceiros.

Este Relatório Nacional apresenta uma visão geral de como o conceito de desenvolvimento sustentável se reflete nos vários documentos estratégicos a nível nacional. Uma ênfase importante do Relatório são as três dimensões da sustentabilidade, ou seja, a sustentabilidade ambiental, social e económica, bem como o seu enfoque sectorial. As iniciativas existentes, destinadas a apoiar o desenvolvimento sustentável numa ou mais das suas dimensões, são também apresentadas em conjunto com os efeitos da sua implementação. Finalmente, o relatório identifica uma série de boas práticas existentes no domínio da sustentabilidade apoiada pelo INTRA-empresendedorismo, a serem posteriormente elaboradas e incorporadas no material de formação e ferramentas interativas do projeto SINTRA, a serem desenvolvidas no âmbito do produtos finais IO2, 3 e 4.

O Relatório Nacional segue a estrutura genérica, proposta pelo líder do produto final IO1 - Tora Consult (P6), a fim de permitir a comparabilidade das informações e resultados relatados nos países parceiros do projeto SINTRA, e inclui os capítulos seguintes:

- Capítulo 1. Sustentabilidade ambiental, social e económica - cenários nacionais e sectoriais em Portugal
- Capítulo 2. Sustentabilidade através do INTRA-empresendedorismo - boas práticas em Portugal.

Na preparação deste material, foram utilizadas várias fontes, incluindo dados estatísticos, relatórios e revisões, juntamente com os próprios conhecimentos dos autores - Ana Ribeiro e Nuno Maia. A equipa do Diálogo Diversidade gostaria de agradecer a contribuição de Maria Maia na elaboração deste relatório.

*Dialogue Diversity Lda, November 2020*

## **ÍNDICE**

RESUMO .....	4
1. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÓMICA - CONTEXTO NACIONAL E SECTORIAL EM PORTUGAL.....	5
1.1. Objetivos estratégicos do desenvolvimento sustentável .....	5
2. Dimensões sectoriais da sustentabilidade em Portugal.....	7
2.1. Protecção ambiental:.....	7
2.2. Inclusão Social .....	8
2.3. Desenvolvimento económico.....	11
2. SUSTENTABILIDADE ATRAVÉS DO ESPÍRITO INTRAEMPREENDEDOR - BOAS PRÁTICAS EM PORTUGAL	13
2.1. Iniciativas de apoio à sustentabilidade .....	13
INCENTIVOS .....	13
OUTROS INCENTIVOS: .....	13
Nacional.....	13
Internacional.....	14
<b>INSTRUMENTOS DE CAPITALIZAÇÃO</b> .....	14
COMENTÁRIOS FINAIS .....	16
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	18

## RESUMO

Portugal materializa nos ODS 4 (educação de qualidade), 5 (igualdade do género), 9 (Indústria, Inovação e Infraestruturas), 10 (Reduzir as desigualdades), 13 (Ação Climática) e 14 (Proteger a Vida Marinha) as suas prioridades estratégicas na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Deste modo, verificam-se nesta agenda os vetores estratégicos identificados pelo Projeto Sintra (proteção ambiental, inclusão social e desenvolvimento económico).

Por outro lado, In Portugal, as empresas (Public and private) and NGOs têm utilizado os ODS enquanto enquadramento global para moldar, orientar, comunicar e relatar as suas estratégias, objetivos e atividades, permitindo-lhes capitalizar um leque de benefícios tais como:

- Identificar futuras oportunidades de negócio, em mercados em crescimento e que poderão beneficiar de soluções inovadoras;
- Aumentar o valor da sustentabilidade corporativa através dos incentivos económicos a uma mais eficiente utilização de recursos e da internalização das externalidades;
- Fortalecer as relações com os *stakeholders* e acompanhar o ritmo do desenvolvimento das políticas públicas, antecipando a gestão de riscos legais e de reputação;
- Estabilizar sociedades e mercados, salvaguardando o sucesso dos negócios em sociedades pujantes, com mercados regulamentados, sistemas financeiros transparentes e instituições não corruptas e eficientemente geridas;
- Utilizar a mesma linguagem e um propósito comum para uma comunicação mais eficaz com os *stakeholders* a respeito dos seus impactes e desempenhos.

Atualmente, existem em Portugal incentivos e programas de apoio que visam orientar as empresas sobre como implementar os ODS e há muitas oportunidades para o desenvolvimento de práticas intra-empendedoras em empresas, quer no setor público quer privado e ainda, em ONGs e associações sem fins lucrativos.

## **1. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÓMICA - CONTEXTO NACIONAL E SECTORIAL EM PORTUGAL**

### **1.1. Objetivos estratégicos do desenvolvimento sustentável**

A Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS) é um documento que resultou da decisão do Conselho de Ministros n° 39/2002 de 1 de março. Foi então criado um grupo de trabalho com o objetivo de elaborar um plano nacional para o desenvolvimento sustentável (2005-2015). Tratou-se de um compromisso político que visava a concretização operacional da integração consonante das três dimensões social, económica e ambiental. O governo pretendia na altura “fazer de Portugal, no horizonte temporal estendendo-se até 2015, um dos países mais competitivos da União Europeia (UE), num quadro de qualidade ambiental e de responsabilidade social”. Para que isto fosse possível era necessário perseguir 6 objetivos:

- (re)qualificação da força de trabalho
- Crescimento mais rápido da produtividade e da economia
- Modelo de proteção do ambiente, assente na prevenção e na valorização do património natural
- Reduzir o impacto negativo do posicionamento periférico de Portugal na Europa
- Apoiar o envelhecimento ativo num quadro de coesão e equidade social, sem descontrolo das finanças públicas
- Cooperação internacional em torno da sensibilidade global

Em 2017, Portugal apresentou o Relatório Nacional sobre a Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, no Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas. Este documento procura mapear as políticas nacionais que concorrem para a implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Portugal materializa nos ODS 4 (educação de qualidade), 5 (igualdade do género), 9 (Indústria, Inovação e Infraestruturas), 10 (Reduzir as desigualdades), 13 (Ação Climática) e 14 (Proteger a Vida Marinha) as suas prioridades estratégicas na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Deste modo, verificam-se nesta agenda os vetores estratégicos identificados pelo Projeto Sintra (proteção ambiental, inclusão social e desenvolvimento económico).

Portugal tem estado fortemente empenhado nos esforços levados a cabo por outras instâncias internacionais, na adaptação de políticas e instrumentos à luz dos ODS, com destaque para: i) a constituição recente de uma rede da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para os ODS, promovendo a partilha de experiências e parcerias para a implementação da Agenda

***SINTRA: Estudo sobre a Sustentabilidade através do INTRAEMPREENDEDORISMO em Portugal:  
Identificação de boas práticas - Relatório Nacional***

2030; ii) a adoção de um Plano de Ação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para os ODS, que visa transversalizar os ODS no trabalho da organização; e iii) o processo de modernização do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE e dos instrumentos de financiamento e sistema de reporte estatístico, à luz dos ODS.

Em termos operacionais, foi constituída uma rede de pontos focais oriundos dos diferentes departamentos governamentais. Este mecanismo permite uma melhor articulação e troca de informação entre entidades públicas, de forma consistente e integrada, contribuindo para uma atualização e monitorização regular dos progressos realizados, que o País terá de efetuar ao longo destes 15 anos. De seguida, em função das diferentes competências e relação destas com as temáticas de cada ODS, atribuiu-se a coordenação de cada um dos ODS a um Ministério responsável pela sua implementação, monitorização e revisão. Porém, num quadro de complementaridade, importa promover e valorizar o diálogo com demais Ministérios e entidades interessadas, num espírito de cooperação para a prossecução de cada objetivo desta Agenda, de uma forma integrada e inclusiva.

Neste quadro, iniciou-se um exercício de avaliação do ponto de partida nacional, através da recolha de informação e dados sobre o ponto de situação em que o País se encontra relativamente aos 17 ODS, obtendo-se um mapeamento das políticas nacionais que concorrem para a implementação da Agenda 2030. Sublinha-se o papel fundamental neste exercício da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, bem como do Instituto Nacional de Estatística. Com efeito, face aos desafios que o País tem pela frente, os elementos estatísticos disponíveis (em termos quantitativos e qualitativos, na página do INE) são essenciais, na perspetiva do planeamento, monitorização e avaliação de programas e políticas na área económica e social com impacto no desenvolvimento.

Cumprir ainda assinalar o relevante papel desenvolvido pelas autarquias locais na implementação da Agenda 2030 nos seus territórios, através de um conjunto de iniciativas que, respeitando a autonomia própria do poder local, contribui decisivamente, pela proximidade e ação concreta, para a implementação a nível nacional.

Finalmente, a UN Global Compact Network Portugal coordena a plataforma multistakeholder “Aliança ODS Portugal”, com a missão de sensibilizar, informar, concretizar, monitorizar e avaliar a contribuição do setor empresarial e demais parceiros da sociedade civil para os ODS no plano nacional. O seu objetivo passa por promover pontes de diálogo e cooperação, como advoga o ODS17, assim como criar bases sustentáveis para o desenvolvimento de parcerias e a criação de projetos, programas e ações, no quadro da Agenda 2030.

As iniciativas disponíveis de apoio ao desenvolvimento destes eixos estratégicos / prioridades estão elencados no ponto 2.1.

## 2. Dimensões sectoriais da sustentabilidade em Portugal

### 2.1. Protecção ambiental:

O relatório EIR (Environmental Implementation Review) de 2019 mostra que foram feitos progressos substanciais na transição para uma economia circular. Portugal aprovou o Plano Nacional de Ação para a Economia Circular (2017-2020), adotado pelo Governo português em dezembro de 2017.

No entanto, o "Relatório de Alerta" da Comissão (2018) afirma que Portugal é considerado em risco de não cumprir o objetivo da UE de reciclar 50% dos seus resíduos municipais até 2020. Por conseguinte, são necessários mais esforços para melhorar a gestão de resíduos.

No que respeita à conservação da natureza, em maio de 2018, o Governo português adotou a Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade. No entanto, são necessários mais esforços para completar a adoção de medidas adequadas para proteger e gerir os sítios **Natura 2000** nas regiões biogeográficas atlântica e mediterrânica. Foram feitos alguns progressos na conservação marinha, nomeadamente na implementação de estratégias para alcançar um bom estado ambiental para essas águas.

Para além dos pontos de excelência mencionados no relatório EIR 2017 por país, outras boas práticas de implementação ambiental podem ser destacadas no caso de Portugal:

- Vários bons exemplos no domínio da governação ambiental: iFAMA, a Plataforma Única de Inspeção e Monitorização nas áreas da Agricultura, Mar e Ambiente, uma medida de simplificação administrativa introduzida em 2017, contribuindo para melhorar a eficiência dos serviços públicos e a sua relação com cidadãos e empresas.
- E-GAR, uma plataforma de informação que acompanha as transferências de resíduos que substituiu quatro documentos em papel por um único documento digital, implementada em 2017.
- A Plataforma de Licenciamento Ambiental Único, desenvolvida para operacionalizar este Regime de Licenciamento, que simplifica, normaliza e liga muitas licenças ambientais.
- O Programa de Financiamento Ambiental (Fundo Ambiental), um importante instrumento de investimento nos domínios das alterações climáticas, economia circular e valorização do habitat.
- As medidas adotadas pelo Governo português para promover uma utilização mais sustentável dos recursos na Administração Pública, com enfoque no papel e plásticos de



**SINTRA: Estudo sobre a Sustentabilidade através do INTRAEMPREENDEDORISMO em Portugal:  
Identificação de boas práticas - Relatório Nacional**

utilização única, e limitando a aquisição de combustíveis fósseis pela administração central e empresas públicas a partir de janeiro de 2019.

As PME portuguesas continuaram a pontuar de acordo com a média da UE-28 no que diz respeito à dimensão ambiental do Small Business Act. Menos empresas do que noutros países estão a desenvolver um perfil "verde" distinto, gerando mais de metade do seu volume de negócios a partir de produtos e serviços verdes. Contudo, mais beneficiam de medidas de apoio público para a sua produção de produtos e serviços verdes.

As empresas portuguesas têm uma ambição limitada no que diz respeito a novas ações para aumentar a eficiência dos recursos. As poupanças de custos diretos podem ter motivado ações passadas, particularmente durante a crise do crédito. Se esta tendência se confirmar, Portugal terá de reacender a sua ambição de melhorar a eficiência dos recursos e tornar os produtos e serviços mais amigos do ambiente.

## 2.2. Inclusão Social

A pobreza e a exclusão social em Portugal estão historicamente associadas à elevada desigualdade de rendimentos, com números acima da média europeia, levando a grandes disparidades no bem-estar e no nível de vida. Recentemente, e particularmente desde 2014, segundo a CPADA - Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente, "a trajetória é positiva, com uma queda da desigualdade no coeficiente de Gini, rácio S80/S20 e rácio S90/S10, revelando uma redução da desigualdade de rendimento para os níveis mais baixos desde o início do século".

Principais problemas enfrentados pelas organizações que lidam com projetos de inclusão social: Segundo Sílvia Nunes (2019), diretora executiva da Michael Page, os desafios que as empresas portuguesas enfrentam para colocar a diversidade e a inclusão como estratégias prioritárias são a mentalidade dos colaboradores, o não ter um espaço físico preparado para o efeito e o facto de este ainda não ser considerado um tema de elevada importância.

Afirma, também, que, se no passado os candidatos se preocupavam mais com a posição, as possíveis evoluções na carreira e a remuneração, hoje em dia estão mais atentos às conquistas e compromissos sociais da empresa. Aponta que as empresas que aumentam as suas práticas de gestão e contratação, colocando as prioridades na diversidade e na inclusão, têm tendência a obter ganhos mais elevados. Embora ainda não seja uma prática generalizada, já é tida em consideração e incluída nas práticas de gestão e esta posição tem vindo a ganhar cada vez mais importância em Portugal.

Segundo um estudo da Goodwill Management para IMS-Entrepreneur for the City, com base no feedback de grandes empresas que implementaram políticas de Recursos Humanos em termos

**SINTRA: Estudo sobre a Sustentabilidade através do INTRAEMPREENDEDORISMO em Portugal:  
Identificação de boas práticas - Relatório Nacional**

de inclusão e diversidade, potenciar a inclusão e a diversidade permite aumentar a rentabilidade da empresa em 5 a 15%, dependendo do setor de atividade.

A diversidade tem, também, um impacto real na qualidade de vida no trabalho. A multiplicação de pontos de vista, inerentes à diversidade de géneros, gera e mantém uma dinâmica criativa que muitas vezes traz resultados. Dentro das equipas, a diversidade nas questões sociais, culturais, mas também de idade e género é reconhecida como um catalisador para o desempenho.

Em Portugal, a estratégia nacional para a inclusão social dos jovens está enquadrada no programa de incentivos denominado Portugal 2020, no âmbito da estratégia Europa 2020. Com base em cinco Fundos Estruturais e de Investimento Europeus (FEEI), Portugal 2020 define as principais políticas de desenvolvimento a serem promovidas em Portugal entre 2014 e 2020, que são implementadas através de 16 programas operacionais.

A inclusão social e o emprego são dos campos temáticos que resultam na definição de um Programa Operacional para a Inclusão Social e o Emprego (PO ISE), incluindo dois objetivos temáticos estratégicos:

- TO9 - reforçar a integração de pessoas em risco de pobreza e combater a exclusão social;
- TO8 - estimular a criação e sustentabilidade do emprego

Portugal tem mais planos e estratégias de intervenção para populações vulneráveis, mas estes, em particular, são dirigidos à população em geral, independentemente da sua idade.

No quadro do objetivo temático *Estimular a criação e sustentabilidade do emprego* (TO8), no Eixo Prioritário 2 - Iniciativa para o Emprego dos Jovens, a prioridade é a integração profissional sustentável dos jovens no mercado de trabalho - em particular os que não trabalham, estudam ou não estão em formação, jovens em risco de exclusão social e jovens de comunidades marginalizadas - através da implementação das medidas estabelecidas no Plano Nacional para a Implementação de uma Garantia Jovem (PNI-GJ), a ter lugar entre 2013 e 2018.

Grupo alvo: jovens inativos e desempregados, com idades entre os 15 e 29 anos, que não estão a trabalhar, a estudar, ou a receber formação (NEET).

Os objetivos específicos são:

Aumentar a qualificação e a integração sustentável dos jovens que não trabalham, estudam, ou que não estão em formação no mercado de trabalho, particularmente através do desenvolvimento de competências para o trabalho.

As medidas a implementar enquadram-se nas seguintes tipologias:

- Formação;
- Educação;
- Estágios;
- Emprego.

***SINTRA: Estudo sobre a Sustentabilidade através do INTRAEMPREENDEDORISMO em Portugal:  
Identificação de boas práticas - Relatório Nacional***

No âmbito do Objetivo Temático 9 e do Eixo Prioritário 3 - Promover a Inclusão Social e Combater a Pobreza e a Discriminação, a prioridade é a inclusão ativa, a fim de promover a igualdade de oportunidades, a participação ativa e melhorar a empregabilidade.

Um dos seus objetivos específicos é reforçar a coesão social, aumentando o número de pessoas e de territórios vulneráveis abrangidos pelo programa. Para esse efeito, pretende-se o desenvolvimento de abordagens locais em estreita articulação com as entidades locais, a fim de promover o desenvolvimento social.

Grupo alvo: população residente em territórios vulneráveis, entre os quais imigrantes e seus descendentes, e comunidades ciganas.

Uma das tipologias incluídas nas medidas a serem implementadas no objetivo específico 2 é o *Programa Escolhas*. Este Programa é governamental de âmbito nacional, que foi implementado em 2001 e em 2020 estava na sua 8ª Geração. A sua missão é promover a inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis, visando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social. A sua implementação baseia-se na ação local, através do financiamento de projetos baseados em entidades e instituições que atuam no território. Os promotores de projetos podem incluir entidades governamentais, tais como municípios, mas os gestores e executores dos projetos só podem ser ONG, instituições privadas de solidariedade social ou organizações sem fins lucrativos.

A maior parte dos projetos na área da inclusão social são geridos por este tipo de instituições, apenas. As PME e as grandes empresas estão mais envolvidas em projetos de responsabilidade social.

Os principais obstáculos à implementação das práticas de responsabilidade social nas pequenas e médias empresas- PME. Para (Santos, 2006: 47):

- Nunca ter pensado em desenvolver atividades de responsabilidade social: as atividades de RS não podem surgir de forma implícita e mal estruturada porque contribuirá para uma baixa sensibilização ou mesmo desinformação acerca da RSE;
- A inexistência de relacionamento entre as atividades de RSE desenvolvidas e a estratégia da empresa: o mau tratamento na gestão da RSE e o não empenhamento formal das empresas nos processos das RSE;
- A dificuldade de mensuração do impacto das práticas de responsabilidade social: quanto menor for a reflexão sobre os benefícios gerados nas empresas maiores serão obstáculos à generalização da RSE das PME;
- A falta de recursos financeiros: a responsabilidade social das empresas, é um custo adicional e não uma fonte de investimento. Este pode contribuir para um menor envolvimento das PME neste processo;

**SINTRA: Estudo sobre a Sustentabilidade através do INTRAEMPREENDEDORISMO em Portugal:  
Identificação de boas práticas - Relatório Nacional**

- A incapacidade negocial para influenciar as práticas de RS: o facto de os fornecedores não se basearem na aquisição dos seus produtos e serviços em critérios de responsabilidade social desincentiva o envolvimento das PME.

### 2.3. Desenvolvimento económico

Crescimento económico, desenvolvimento social e adaptação e mitigação das alterações climáticas estão interligados com investimento em infra-estruturas adequadas, numa indústria moderna, empreendedora e sustentável, no progresso tecnológico e na digitalização da economia. Portugal está empenhado em enfrentar estes desafios apresentando, para o efeito, estratégias e programas destinados a apoiar e desenvolver os sectores das infra-estruturas, indústria e inovação, bem como a mobilizar recursos públicos e privados para o efeito. No seu programa, o Governo anunciou a sua intenção de criar uma dinâmica de crescimento económico equilibrado e de coesão social que se reforcem mutuamente, assegurando a consolidação das finanças públicas e adotou a sua estratégia a médio prazo para o desenvolvimento da economia portuguesa no Programa de Reforma Nacional.

O Manifesto BCSD Portugal ( <https://www.bcsdportugal.org/manifesto-bcsd-portugal-empresas-pela-sustentabilidade> ) Empresas pela sustentabilidade, foi assinado por 94 empresas, que na sequência da pandemia causada pela Covid-19, pretendem promover a transformação do respetivo modelo de desenvolvimento, no sentido de assegurar a sua sustentabilidade social e ambiental, a par da económica. Neste contexto, o BCSD Portugal e os seus membros declaram ter a ambição de contribuir para que Portugal construa um modelo de desenvolvimento baseado em cinco ideias fundamentais:

1. **Promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo**, com especial incidência na implementação coletiva dos ODS e do Acordo de Paris sobre o clima, na requalificação das pessoas e na transição digital e tecnológica;
2. **Promoção do crescimento**, para criação do valor indispensável que garanta o bem-estar e a segurança de todos os portugueses. Deve procurar-se aproveitar as oportunidades decorrentes do Pacto Ecológico Europeu e de outros mecanismos de acesso ao investimento, mas, também, capitalizar no posicionamento geoeconómico de Portugal, como fator de competitividade da economia e como fator de diversificação dos respetivos setores estratégicos e de criação de novas atividades exportadoras;
3. **Busca da eficiência**, na gestão dos recursos naturais e financeiros de que Portugal dispõe, com foco na respetiva produtividade, na preservação do capital natural, na adoção de tecnologias e sistemas inteligentes, na redução dos impactes ambientais, na promoção da economia circular e, ainda, na promoção da adoção de novos comportamentos mais responsáveis por parte dos consumidores e da sociedade;

**SINTRA: Estudo sobre a Sustentabilidade através do INTRAEMPREENDEDORISMO em Portugal:  
Identificação de boas práticas - Relatório Nacional**

4. **Reforço da resiliência**, através da integração das políticas públicas e da iniciativa privada, em processos colaborativos, na prossecução de objetivos de longo prazo, que assegurem a adaptação aos desafios da sustentabilidade e que, ao mesmo tempo, valorizem o emprego e o acesso ao rendimento e à qualidade de vida. A segurança dos processos e das cadeias de valor é, ainda, uma nova realidade a integrar nesta perspetiva;
5. **Reforço da cidadania corporativa**, através do fortalecimento da responsabilidade social como fator de equilíbrio, agindo em benefício da sociedade como um todo e contribuindo para a comunidade, dando especial atenção às ameaças aos direitos humanos e reconhecendo a responsabilidade coletiva para proteger os mais vulneráveis, através da contribuição para as respostas sociais e de saúde, em Portugal e no mundo.

O BCSO Portugal é uma associação que congrega cerca de 100 empresas portuguesas, que no seu conjunto representam uma fatia importante do PIB nacional, sendo a sua missão apoiá-las na jornada para a sustentabilidade, através do desenvolvimento de soluções sustentáveis, capazes de responder aos desafios das suas cadeias de valor e, desse modo, contribuir para um modelo de desenvolvimento sustentável, em Portugal e no mundo. Para tal, o BCSO Portugal desenvolve a sua atividade em diversos domínios, nomeadamente, nos domínios da Neutralidade Carbónica, da Biodiversidade, da Cadeia de Valor, da Economia Circular, das Finanças Sustentáveis e das Cidades Sustentáveis.

De acordo com um estudo feito pela PWC Lda., em 2017, ‘a maioria das empresas ainda não possuía, nem experiência para fazer com que as metas ODS funcionassem para os seus negócios, nem uma abordagem de avaliação coerente para medir o seu sucesso. Segundo este estudo, as empresas necessitam de saber priorizar quais os ODS mais relevantes para os seus negócios e de uma abordagem interligada e sistemática ao nível das metas, para que consigam entender de que forma podem ajudar a atingir os objetivos e o valor que estes podem trazer aos seus negócios. Isso deve, também, ter em conta os fatores locais e regionais, tais como, compreender quais as prioridades relativamente aos ODS dos governos, em cada um dos países onde atuam, e estar atento ao que é mais relevante para os cidadãos nessas comunidades, países ou regiões. Uma vez definidas as prioridades, as empresas necessitam de ter objetivos mensuráveis e orientados para os resultados, que levem a um maior foco e desempenho. Os KPIs (key performance indicators) devem ser definidos com base nos resultados a atingir. Isso significará refletir, de uma forma mais holística, acerca do impacto das atividades de uma empresa na economia, no meio ambiente envolvente e na sociedade. Significará, também, desenvolver programas que abordem esses conjuntos de impactos, mais amplos, em vez de se concentrarem apenas na medição, simplista dos seus resultados. Munidas de KPIs e métricas alinhadas com os ODS, as empresas poderão, então, desenvolver os seus relatórios, que terão em consideração tanto o valor financeiro e social,

como o impacto total das suas atividades. Ao fazê-lo, irão conseguir alcançar todo o potencial que os ODS oferecem, ao mundo em geral e aos seus próprios negócios em particular’.

### **3. SUSTENTABILIDADE ATRAVÉS DO ESPÍRITO INTRAEMPREENDEDOR - BOAS PRÁTICAS EM PORTUGAL**

#### **3.1. Iniciativas de apoio à sustentabilidade**

Atualmente, existem em Portugal incentivos e programas de apoio que visam orientar as empresas sobre como implementar os ODS. Por exemplo, o BCSD Portugal (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável) tem, desde 2016, desenvolvido ações de formação sobre como implementar os ODS nas empresas com base no documento *SDG Compass. Trata-se de um guia que aborda o impacto dos ODS nos negócios e disponibiliza ferramentas e conhecimento que contribuem para posicionar a sustentabilidade na estratégia empresarial.*

Abaixo, referimos as fontes de financiamento disponíveis para financiar a transição para a sustentabilidade nas empresas – subsídios (i.e. incentivos), *capital próprio* (i.e. instrumentos de capitalização) e passivo (i.e. instrumentos de dívida) –, a nível nacional e europeu:

#### **INCENTIVOS**

**Fundo de Inovação (InnovFund) da EU.** Foco de investimento: Tecnologias inovadoras e baixas em carbono. Visa apoiar de forma tangível o alcance da neutralidade climática até 2050. O apoio é concedido sob a forma de subvenção, até 60% do total de investimento considerado elegível.

**IPCEI – Important Project of Common European Interest:** Foco de investimento: Mobilidade elétrica, internet das coisas, Hidrogénio, Descarbonização, Cibersegurança e Saúde Inteligente.

**EEA Grants 2014-2021** | Apoio dividido em cinco programas: Crescimento Azul, Ambiente, Conciliação e Igualdade de Género, Cultura, Cidadãos Ativos.

#### **OUTROS INCENTIVOS:**

Nacional

**POSEUR** – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos - Investimentos que promovam o crescimento sustentável e transição para uma economia verde. Pretende contribuir especialmente na prioridade de crescimento sustentável, respondendo aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais

**SINTRA: Estudo sobre a Sustentabilidade através do INTRAEMPREENDEDORISMO em Portugal:  
Identificação de boas práticas - Relatório Nacional**

eficiente de recursos e na promoção de maior resiliência face aos riscos climáticos e às catástrofes.

A estratégia para o PO SEUR alude a uma perspetiva multidimensional da sustentabilidade assente em três pilares estratégicos que estão na origem dos 3 Eixos de Investimento do Programa:

- Eixo I - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores;
- Eixo II - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos;
- Eixo III - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos.

**Fundo Ambiental** - Investimentos relativos às alterações climáticas, recursos hídricos e resíduos, e conservação da natureza e biodiversidade; (<https://www.fundoambiental.pt/home.aspx>).

Internacional

**Just Transition Fund** | Investimento que suporta a diversificação e reconversão económica de territórios afetados pelas medidas de transição energética e descarbonização.

**Programa LIFE** | Instrumento de financiamento da UE para o ambiente e a ação climática.

**Interreg MED Programme** | Programa para o crescimento sustentável na região mediterrânea.

#### **INSTRUMENTOS DE CAPITALIZAÇÃO**

**Vallis Sustainable Investments:** Foco de investimento: Alimentação, Saúde, Água, Resíduos, Floresta, Energia. A **Vallis Capital Partners** é uma holding independente, sediada no Porto, centrada na gestão de fundos de participação privada e de investimento, totalmente detida pela Founding Partners. A missão deste fundo é investir em empresas com elevado potencial de crescimento, cujos fundamentos da procura a longo prazo estão fortemente correlacionados com a sustentabilidade, criando valor para os investidores e contribuindo ao mesmo tempo para um mundo sustentável. **Regulação:** O Fundo encontra-se sediado no Luxemburgo e é regulado pela Comissão de Supervisão Financeira do Luxemburgo, CSSF.

### **3.2. INTRA Empreendedorismo no apoio ao desenvolvimento sustentável - boas práticas em Portugal**

Há muitas empresas e organizações, públicas, privadas ou ONG que têm estado envolvidas na implementação de projetos sustentáveis ao nível da inclusão social, proteção ambiental e desenvolvimento económico, como se pode ver em <https://www.ods.pt/empresas/>. A maioria das entidades públicas preocupa-se principalmente com questões ambientais e de inclusão social. As entidades privadas estão mais concentradas na vertente económica, no desenvolvimento da mentalidade empresarial e na responsabilidade social.

## **Inclusão Social – Boa Prática**

### **SEMEAR - [www.semear.pt](http://www.semear.pt) : Agricultura sustentável para a inclusão Social**

O SEMEAR é um programa sem fins lucrativos para pessoas com deficiência que apoia acima de tudo a inclusão social. Promovido e estabelecido pelo BIIP (Banco de Informação de Pais para Pais), o *SEMEAR na terra* visa integrar e desenvolver as suas competências sociais e profissionais através de uma produção agrícola sustentável. Com o mesmo respeito pelo campo que têm pela sociedade, o programa de 12 hectares tem mais de 20 pessoas entre 18 e 45 anos com DID (dificuldade intelectual e do desenvolvimento) a trabalhar a tempo inteiro no processo, desde a otimização de recursos, à produção e comercialização. A sua missão é serem honestos em tudo o que fazem. Materiais orgânicos provenientes de fornecedores certificados com condições de trabalho justas. Uma cadeia de fornecimento que obedece aos padrões mais elevados para assegurar o bem-estar de todos os que participam no processo. E os melhores bens essenciais dos tempos modernos pelo melhor preço. Embora seja um bom começo, não é suficiente. Querem fazer mais. Querem fazer parte de um movimento. Um movimento que reúne artistas, designers, chefes de cozinha, criativos e empresas que estão a mudar as suas indústrias e a criar excelentes oportunidades.

## **Proteção do Ambiente – Boa Prática**

### **BioVilla**

A Biovilla é um projeto de Sustentabilidade e Permacultura, fundado a 12 de fevereiro de 2010. É um projeto de Turismo de Natureza, agricultura sustentável e Educação para a Sustentabilidade que se situa no Parque Natural da Serra da Arrábida. A sua missão é tentar alcançar a regeneração integral da paisagem ecológica, social e económica com a floresta viva, autóctone e comestível.

A Biovilla desenvolve-se e age de acordo com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 - Consumo Sustentável. São estas, as suas práticas mais importantes: práticas lixo zero. Optam por produtos avulso e aproveitam todo o desperdício orgânico para produzir composto para os solos; plantam milhares de árvores por ano; não agredem o meio ambiente com quaisquer químicos provenientes de produtos alimentares, cosméticos e de limpeza; a horta é certificada 100% Bio; optam por uma economia circular; fazem uma utilização consciente e reaproveitamento da água. Geram a sua própria energia, sendo eficientes do ponto de vista energético. Acreditam que um verdadeiro projeto responsável, tem o papel de definir estratégias que sirvam propósitos sociais, ambientais e económicos, de forma consciente, coerente e sustentável.

Serviços: A Biovilla pretende ser um lugar acolhedor e familiar, fazendo dele o espaço ideal para desfrutar de momentos relaxantes, reconfortantes e que contribuam para o bem-estar físico, emocional e espiritual. Contam com terapeutas exemplares e dedicados, para que possam oferecer o melhor aos seus clientes. Neste sentido, a Biovilla tem para oferecer serviços de

coaching, massagens, psicoterapia e Yoga. Acolhem também formações retiros, comemorações de grupos, casamentos, aniversários e eventos em geral no formato de aluguer de espaço.

### **Proteção Ambiental – Boa Prática**

#### **CTT – Correios de Portugal – Entidade Pública**

Em 2015, em parceria com a Quercus, os CTT lançaram uma iniciativa pioneira de mitigação das alterações climáticas, atualmente na 4ª edição, com o objetivo de mobilizar a sociedade portuguesa para o reflorestamento de áreas naturais afetadas pelos incêndios. Os clientes podem apadrinhar uma árvore autóctone, comprando em perto de 300 lojas CTT uma árvore simbólica em cartão. Cada uma tem um código QR único que permite ao seu proprietário acompanhar a sua árvore “adotada”. Durante 5 anos, a Quercus mantém contacto via *website* com os compradores registados, com imagens e notícias relativas à evolução dos bosques. Realizam-se anualmente plantações, apoiadas por voluntários CTT e público em geral.

### **Desenvolvimento Económico Sustentável – Boa Prática**

#### **EDP – Eletricidade de Portugal – Entidade Pública**

Foi atribuído à EDP, o desenvolvimento de centrais hidroelétricas no norte de Portugal, região onde os rendimentos, o emprego e as oportunidades são reduzidos. O projeto, que começou em 2009 e terminará em 2020, compreende várias parcerias e tem como objetivo envolver as comunidades locais, através da promoção do empreendedorismo e da criação de emprego próprio. Impactos quantitativos e qualitativos: O projeto tem vindo a dar formação, acesso a apoio institucional e a financiamento, assim como a apoiar a identificação de oportunidades de negócios nas regiões envolvidas. Entre 2013-2016 já receberam formação, 392 empreendedores, dos quais 179 desenvolveram os seus planos de negócio. A iniciativa registou 86 novas empresas e 139 novos postos de trabalho. Estes resultados representam uma taxa de sucesso do projeto de 98%.

## **COMENTÁRIOS FINAIS**

Há cada vez mais, por parte das empresas, uma maior atenção a outros valores que vão além dos objetivos financeiros e de lucro. Os recursos naturais vão escasseando e o impacto negativo das alterações climáticas alertam também a consciência dos empresários e gestores. Identificam-se vários exemplos de boas práticas ao nível da proteção ambiental, inclusão social e desenvolvimento económico, quer no setor público quer no privado e muitas empresas têm tido a preocupação de implementar e desenvolver iniciativas e atividades no âmbito da Responsabilidade Social.

***SINTRA: Estudo sobre a Sustentabilidade através do INTRAEMPREENDEDORISMO em Portugal:  
Identificação de boas práticas - Relatório Nacional***

Num mundo sempre em mudança, a inovação tecnológica dá uma ajuda no desenvolvimento de novos materiais e técnicas para processos mais ecológicos e sustentáveis.

No entanto, de acordo com Carmen Lima, coordenadora do Centro Informativo de Resíduos da Quercus, a ‘larga maioria de empresas ainda não assume a sustentabilidade como uma estratégia positiva, antes como algo necessário apenas para cumprir obrigações legais’.

Ainda há muito a fazer em Portugal no que diz respeito à integração das metas ODS na maioria dos negócios das empresas, públicas e privadas, assim com em ONGs. Como referido acima, em 2017, e de acordo com um estudo feito pela PWC Lda., ‘a maioria das empresas ainda não possuía, nem experiência para fazer com que as metas ODS funcionassem para os seus negócios, nem uma abordagem de avaliação coerente para medir o seu sucesso. Segundo este estudo, as empresas necessitam de saber priorizar quais os ODS mais relevantes para os seus negócios e de uma abordagem interligada e sistemática ao nível das metas, para que consigam entender de que forma podem ajudar a atingir os objetivos e o valor que estes podem trazer aos seus negócios. Necessitam incentivar os seus colaboradores a serem pro-ativos e a gerarem benefício e inovação.



Dialogue diversity

## **BIBLIOGRAFIA**

Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, JULHO 2017 – NOVA IORQUE

MENESES, João Wengorovius. **A sustentabilidade em 2019**. Disponível em: <https://www.bcsdportugal.org/noticias/a-sustentabilidade-em-2019>. Acesso em: 26 de outubro 2020

Nações Unidas. **17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável entram em vigor a 1 de janeiro**. Disponível em: <https://unric.org/pt/17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-entram-em-vigor-a-1-de-janeiro/>. Acesso em: 26 de outubro 2020

BCSD. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o BCSD Portugal**. Disponível em: <https://www.ods.pt/>. Acesso em: 27 de outubro 2020

Vallis. **Vallis Sustainable Investments**. Disponível em: <https://www.vallis.pt/vallisSi.do>. Acesso em: 1 de novembro 2020

Poseur. **Programa Operacional**. Disponível em: <https://poseur.portugal2020.pt/pt/poseur/sobre-o-programa/>. Acesso em: 1 de novembro 2020

EEA Grants Portugal. **Concursos**. Disponível em: <https://www.eeagrants.gov.pt/pt/concursos/> Acesso em: 1 de novembro 2020

Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: [www.ine.pt](http://www.ine.pt). Acesso em: 1 de novembro 2020

BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável. **Sinergias Circulares. Desafios para Portugal**. Disponível em: [https://www.bcsdportugal.org/wp-content/uploads/2018/03/Sinergias\\_Circulares\\_RELAT%C3%93RIO-N%C3%83O-T%C3%89CNICO-1.pdf](https://www.bcsdportugal.org/wp-content/uploads/2018/03/Sinergias_Circulares_RELAT%C3%93RIO-N%C3%83O-T%C3%89CNICO-1.pdf). Acesso em: 2 de novembro 2020

Comissão Europeia. **The Environmental Implementation Review 2019**. Disponível em: [https://ec.europa.eu/environment/eir/pdf/report\\_pt\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/environment/eir/pdf/report_pt_en.pdf). Acesso em: 3 de novembro de 2020

EACEA. **Strategy for the social inclusion of young people**. Disponível em: <https://eacea.ec.europa.eu/national-policies/en/content/youthwiki/43-strategy-social-inclusion-young-people-portugal>. Acesso em: 4 de novembro de 2020

Pedro Palha. **SEMEAR: sustainable agriculture for social inclusion**. Disponível em: <https://isto.pt/pt-pt/blogs/magazine/semear-sustainable-agriculture-for-social-inclusion>. Acesso em: 4 de novembro de 2020

Link to leaders. **“85% das empresas portuguesas não segue medidas de diversidade e inclusão”**. Disponível em: <https://linktoleaders.com/85-das-empresas-portuguesas-nao-segue-medidas-de-diversidade-e-inclusao-silvia-nunes-michael-page/>. Acesso em: 10 de novembro de 2020

***SINTRA: Estudo sobre a Sustentabilidade através do INTRAEMPREENDEDORISMO em Portugal:  
Identificação de boas práticas - Relatório Nacional***

Projects with Social impact: <https://www.grupoageas.pt/en/ageas-foundation/sustainable-social-impact>

Dias, Mariana, Education, Development and Social Inclusion in Portugal: Policies, Processes and Result, 2013, <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042814005023>

Sustainable Development Goals, Voluntary National Review, <https://sustainabledevelopment.un.org/memberstates/portugal>

CPADA - Portuguese Confederation of Environmental Defense Associations, INEQUALITIES AND DEVELOPMENT IN PORTUGAL PORTUGAL'S CONTRIBUTION TO IMPLEMENTING SDG 10 <https://www.sdgwatcheurope.org/wp-content/uploads/2019/06/12.3.a-report-PT.pdf>

IT Insight Digital Journal - Responsabilidade social e sustentabilidade: o exemplo poderá vir do setor público?: <https://www.itinsight.pt/news/sustentabilidade/responsabilidade-social-e-sustentabilidade-o-exemplo-podera-vir-do-setor-publico->

